

05/04/2017 - CUT

**DF: “Um dia para barrar o retrocesso de uma vida inteira”****É hora de dar um basta nos ataques aos direitos da classe trabalhadora****GREVE 28 DE ABRIL GERAL****O Brasil vai parar!****Contra a  
desmonte do  
serviço público***“Um dia para  
barrar o retrocesso  
de uma vida inteira”*  
Rodrigo Britto**CUT**

#GreveGeral28abril

O mês de março foi marcado por muitas lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais que foram às ruas em protestos contra a retirada de direitos e a usurpação de conquistas históricas do povo brasileiro.

Em meio aos desmandos do ilegítimo Temer, que representa os interesses dos financiadores do golpe – capital financeiro, banqueiros e empresários -, o conjunto da sociedade se viu imbuída a protestar e não aceitar retrocessos. Em uníssono, o clamor das massas toma conta do país e pede Greve Geral para o dia 28 de abril e atribui ao mês a cor vermelha, representando a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras.

Rodrigo Britto, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT Brasília, fala da necessidade de darmos um basta aos contínuos ataques aos direitos trabalhistas e sociais. “Com a sanção do PL do Lixo e o encaminhamento a galope das vo-

tações das reformas trabalhista e previdenciária, não há outra saída. Vamos parar o Brasil para mostrar que os trabalhadores e trabalhadoras, movimentos sociais e o conjunto da sociedade dizem NÃO ao roubo de direitos”, explica o dirigente.

A preparação para Greve Geral já começou em todo o Brasil e o encaminhamento agora é para que cada sindicato realize assembleia com sua categoria e vote na aprovação da greve para o dia 28 de abril. “Contra a reforma da Previdência, o fim dos concursos públicos, a privatização das Estatais, o desmanche do serviço público, a reforma trabalhista, a imposição da idade mínima de 65 para se aposentar, e tantas outras atrocidades impostas pelo golpista Temer, vamos parar o Brasil!”, convoca Britto. “Procure seu sindicato, compareça à assembleia, vote pela greve e pare um dia para barrar o retrocesso de uma vida inteira”, conclui.



07/04/2017 - CUT

## Temer vacila e CUT manda recado: “Não basta recuar, tem que derrubar”

**Vagner Freitas analisa alterações feitas pelo governo no texto da Reforma da Previdência. “Foi pressão da classe trabalhadora”**

Após as grandes manifestações de rua nos dias 8, 15 e 31 de março, o governo ilegítimo de Michel Temer recuou e fará mudanças na Reforma da Previdência. As alterações estão em cinco pontos: a aposentadoria de trabalhadores rurais, os benefícios de prestação continuada (BPC), as pensões, a aposentadoria de professores e policiais e as regras de transição para o novo regime previdenciário.

A CUT entende que não há motivo para comemoração, mas sim intensificação da

pressão sobre o governo e os parlamentares. “Na realidade, o Temer não mudou de ideia, os deputados federais que, pressionados pela classe trabalhadora, decidiram recuar. Os deputados sabem que não serão eleitos em 2018 se votarem favoravelmente à Reforma da Previdência”, afirmou Vagner Freitas, presidente da Central.

A decisão foi anunciada pelo relator do projeto na Câmara, Arthur Maia (PPS), que se reuniu com Temer e dois de seus ministros,

Henrique Meirelles (Fazenda) e Eliseu Padilha (Casa Civil).

Mesmo com o recuo de Temer, Vagner Freitas afirma que a Central manterá a pressão sobre os parlamentares. “Isso não é suficiente, queremos que ele retire esse projeto de tramitação, tem que derrubar esse projeto. A CUT não vai sentar com o Temer para negociar, tem que retirar. Qualquer reforma, nós só sentamos para discutir quando a democracia for reestabelecida no Brasil”, encerrou.

07/04/2017 - Convergência Digital

## Empresas se unem para convencer ao governo a reincluir TI na desoneração da folha

Numa reação inédita no setor de software e serviços de TI, TOTVS, Stefanini, BRQ e Resource se posicionaram nesta sexta-feira, 07/04, e cobram do governo a decisão de excluir as empresas de software e serviços da desoneração da folha de pagamento, sob o argumento que é necessário cobrir um rombo de R\$ 52 bilhões no orçamento. Nas próximas duas semanas, com o endosso da Brasscom, haverá uma mobilização no Congresso Nacional e no governo, em especial, na Fazenda, para reverter a decisão, anunciada no dia 29 de março. A reivindicação é objetiva: as empresas querem o retorno do desconto de 4,5% sobre o faturamento da empresa e tentam recolocar a obrigatoriedade para todos. Essa última medida, caiu em dezembro de 2015, ainda no governo Dilma.

“A desoneração da folha de pagamento não é uma renúncia fiscal. Não é um benefício dado ao setor de software e serviços”, sustentou o presidente-executivo da Brasscom, Sergio Paulo Gallindo. A entidade apresentou um estudo onde constata que - caso a exclusão se mantenha - pelo menos 83 mil postos de trabalhos serão exterminados em TI nos próximos três anos. “A arrecadação do setor de software e serviços para o governo ficou em R\$ 4,1 bilhões de 2011 a 2016. E caso a desoneração se sustente, outros R\$ 2,7 bilhões vão entrar nos cofres, numa conta muito conservadora de um crescimento de 5,5% ao ano. TI foi um segmento que provou, com números, a vantagem da desoneração”, completou Gallindo.

Leia mais em: <http://migre.me/wpoFD>

## “É inadmissível que a Oi falhe um único dia”, afirma Kassab

Ministro lembra que prestação de serviços da operadora segue saudável, e que a preocupação do governo no momento é econômica. “Nunca antes uma empresa brasileira deveu R\$ 65 bilhões”, chegou a dizer a jornalistas, em evento na noite desta sexta-feira.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Gilberto Kassab, afirmou nesta sexta-feira, 7, que o governo segue atento e preocupado com a evolução da recuperação judicial da Oi. Segundo ele, a questão é de natureza puramente econômica, e ainda não afetou a entrega dos serviços aos clientes. Se isso acontecer, no entanto, a intervenção seria feita rapidamente.

“A questão da Oi é econômica, se operacionalmente não estivesse correspondendo às obrigações contratuais, já teria sido feita a intervenção. É inadmissível que ela falhe um único dia, muito menos uma semana, ou um mês. Portanto as avaliações do Juarez Quadros, ou do

secretário André Borges, estão compatíveis com as diretrizes e estão corretas”, disse a jornalistas durante a reinauguração do centro de inovação da Huawei, em São Paulo.

Ele ressaltou que o governo não quer intervir, mas se preocupa com o ritmo com que as negociações entre a empresa e os credores acontecem, e é a potencial insolvência que vai determinar uma intervenção, reiterando o que disse esta semana, de que quanto mais o tempo passa, mais crítico fica o cenário.

“A nossa tensão é total, o cuidado é muito grande, pedimos que a Anatel se preparasse para uma intervenção, ela está preparada. Pedimos que a Anatel selecionasse nomes potenciais, ela está selecionando nomes. Nós não queremos intervenção, mas se não chegarem a um acordo com os credores, essa passa a ser a única saída”, alertou.

Leia mais em: <http://migre.me/wpoZa>

07/04/2017 - Telesíntese

## Aumento de capital para investir, explica Oi

**Segundo o CEO, Marco Schroeder, a busca de novos recursos visa fortalecer a empresa e não equacionar a dívida dos credores!**

A Oi publicou hoje, 7, posicionamento confirmando que sua diretoria está em busca de capitalização, mesmo durante o processo de recuperação judicial, conforme publicou o jornal Valor Econômico. Mas a companhia reforçou que esse aumento de capital viria exclusivamente para servir como Capex e não para equacionar as dívidas com os credores. “Essa iniciativa de trazer dinheiro novo para investimentos e não para pagamento de dívida mostra os movimentos que estão sendo feitos para garantir o fortalecimento da Oi”, disse o CEO, Marco Schroeder.

A seguir a íntegra da nota

A Oi estuda alternativas dentro do processo de renegociação da sua dívida para incluir aumento de capital na companhia, tema que vem sendo abordado nas diversas interações que mantém com credores, acionistas e potenciais investidores. A análise sobre potencial emissão



de capital, ainda em estágio inicial de discussão entre os atores no processo, seria para fortalecer ainda mais o balanço da companhia e não para equacionar as dívidas com os credores, mantendo os recursos novos exclusivamente para investimentos.

“Estamos comprometidos em buscar alternativas possíveis para equacionar a dívida da companhia e a injeção de recursos novos nesse momento parece que nos ajudaria a esta-

belecer um diálogo entre acionistas e credores e chegar num acordo. Estamos ainda em fase inicial de discussão sobre as condições e volume de aportes a serem feitos, mas os recursos poderiam vir de acionistas, credores e investidores externos. Essa iniciativa de trazer dinheiro novo para investimentos e não para pagamento de dívida mostra os movimentos que estão sendo feitos para garantir o fortalecimento da Oi”, revela Marco Schroeder, presidente da Oi.

07/04/2017 - Telesíntese

## Qualidade do serviço da Oi não justifica intervenção na empresa, diz quadros

**Presidente da Anatel observa que a entrada em recuperação judicial não afetou os índices de medição da qualidade da prestação de serviço da tele**



O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Juarez Quadros, disse ontem, 06, que a recuperação judicial da Oi não resultou em piora na qualidade de

prestação dos serviços pela operadora. Acrescentou que uma eventual intervenção do governo na concessão não poderia se justificar pela questão da qualidade, mas por outras condições, como a capacidade

de manter o nível de investimentos, e pela da dívida da empresa com credores e com o próprio governo.

“O acompanhamento que é feito tem apontado que tem-se mantido o nível de qualidade, ou seja, não piorou”, disse. Também ontem, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, disse que a chance de intervenção do governo na empresa está aumentando.

Segundo Quadros, o governo precisa editar uma medida provisória para definir como será possível intervir em uma empresa que está em processo de recuperação judicial. “Há dúvida se poderia ser feita a tal intervenção, então, ainda que não desejada, há necessidade de uma medida provisória para poder esclarecer e permitir segurança jurídica”.

Quadros informou também que Anatel está realizando, durante esta semana, reuniões com representantes de outras operadoras de telefonia para discutir um plano de contingência para o caso.



09/04/2017 - Vermelho

## Djamila Ribeiro: Escravidão remunerada

Vivemos inegavelmente tempos difíceis no que diz respeito aos direitos conquistados. A aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto que terceiriza todas as atividades de uma empresa, não somente a atividade meio, como vigorava até então, precariza a vida do trabalhador e da trabalhadora e é um grande retrocesso e uma saída regressiva.

A reforma da Previdência, que caminha no Congresso sob a forma da Proposta de Emenda Constitucional nº 287, também é um acinte, pois aumenta o tempo de contribuição para 25 anos e a idade mínima para 65 anos para as mulheres.

Essa medida não leva em consideração a divisão sexual do trabalho imposta em nossa sociedade. Mulheres ainda são aquelas moldadas para ser responsáveis pela criação dos filhos e os trabalhos domésticos. Não se vê que as mulheres partem de pontos diferentes, sobretudo desiguais. Para além dessa constatação, é necessário fazer algumas observações.

Que as duas medidas são configuradas pelo retrocesso, sabemos, porém, questiono: quais os grupos mais afetados e por que existe uma maior comoção a partir do momento em que aqueles mais privilegiados correm o risco de ser atingidos?

Explico: de modo geral, mulheres negras não conseguiam se aposentar antes de a PEC 287 ser proposta. Por conta da informalidade, de uma relação descontínua no mercado de trabalho e da dificuldade das empregadas domésticas de terem seus direitos garantidos, esse grupo historicamente sempre se viu à margem. E isso se dá por conta da relação direta entre escravismo e trabalho doméstico.

No processo de industrialização do Brasil, com o incentivo à imigração de trabalhadores europeus, a população negra saiu da condição de escravizada para aquela de "precarizada" ou desempregada. Mulheres negras empreendiam por necessidade ou trabalhavam como domésticas nas casas dos ex-senhores. Essa relação de desigualdade leva esse grupo a uma condição de maior vulnerabilidade.

Leia mais em: <http://migre.me/wpprA>

09/04/2017 - RBA

## Exames com resultado normal são "desperdício" para SUS, diz ministro

O ministro da Saúde do governo de Michel Temer, Ricardo Barros, disse na manhã deste sábado (8) que "80% dos exames de imagem no SUS têm resultado normal", o que representaria "desperdícios que precisam ser controlados". As informações são da BBC.

Ricardo Barros participou nos Estados Unidos, neste sábado, da Brazil Conference, evento sobre o Brasil organizado pela Universidade Harvard e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

"Temos que ter controle da demanda que os médicos fazem destes exames e passar a avaliar como utilizam sua capacidade de demandar do SUS. Se o médico solicita muitos exames que dão resultado normal,

ele não está agindo de forma correta com o sistema", disse o ministro Ricardo Barros à BBC.

Para o ministro, exames de imagem -- como ultrassonografias -- que não identificam problemas sugerem que os médicos não acertaram no diagnóstico clínico. "Mas os médicos não podem pedir exame como forma de transferir sua responsabilidade de emitir diagnósticos", defendeu.

Leia mais em:

<http://migre.me/wppx0>

09/04/2017 - RBA

## Demissões e privatização: o que está por trás do suposto déficit nos Correios

Fechamento de agências e demissão de funcionários afetam qualidade do serviço e abrem caminho para venda da estatal

Fundada em 1663, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), uma das mais antigas do país, vive no governo do presidente golpista, Michel Temer, a pior fase de sua história. A direção da estatal alega um déficit acumulado de mais R\$ 4 bilhões nos últimos dois anos para impor uma agenda de reestruturação, que passa pela demissão de milhares de funcionários e o fechamento de mais de 250 unidades próprias em todo o país.

O Plano de Demissão Voluntária (PDV) da estatal, lançado no começo deste ano, obteve a adesão de 5,5 mil empregados; a meta inicial

era atingir oito mil. Por causa disso, a direção dos Correios estuda adotar um plano de demissão motivada, que poderia atingir funcionários concursados, mesmo que eles não queiram pedir desligamento da empresa.

A medida é polêmica e, se for levada adiante, abrirá precedente para demissão unilateral de funcionários concursados em diversas empresas públicas federais. Os Correios possuem 117 mil empregados e mais de 6.400 agências próprias, além de outras mil conveniadas. A estatal entrega por dia, em média, mais de 30 milhões de correspondências e encomendas em todo o país.

Leia mais em: <http://migre.me/wppAT>



07/04/2017 - Altamiro Borges

## Altamiro Borges: Cunha condenado e "colérico"; Temer treme

A mídia chapa-branca parece preocupada com as reações intempestivas do ex-presidente da Câmara Federal, que está preso em Curitiba e teve sua condenação fixada em 15 anos pela Justiça. Neste domingo (9), a Folha publicou uma nota enigmática: "O último recado enviado pelo ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi tão colérico que fez até seus aliados mais fiéis se afastarem. A um parlamentar, ele avisou que chegou ao limite e ameaçou fazer delação premiada.

Disse que tem material para 'explodir' o mundo empresarial, a começar por gigantes do setor de carne, já abalados pela Operação Carne Fraca, deflagrada pela PF no último mês. Seus advogados, porém, continuam negando que ele tenha disposição em fazê-lo".

No mesmo rumo, a revista Época, da família Marinho, postou recentemente um artigo com um título perturbador: "Cunha condenado, governo amedrontado". Segundo o jornalista Leandro Loyola, "no sistema dinâmico no qual política e Operação Lava Jato interagem em um espaço chamado Brasil, notícias ruins para o ex-deputado Eduardo Cunha, do PMDB, tornam-se péssimas para o governo de Michel Temer. É uma espécie de lei da química institucional. Por isso, o Palácio do Planalto tem de se preocupar com a decisão do juiz Sergio Moro, que condenou nesta quinta-feira (30 de abril) Cunha a 15 anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas".

Ainda segundo o colunista da Época, "desde que foi preso, no ano passado, Cunha atazana o governo. A mesma agressividade e tenacidade que demonstrava na luta para manter seu mandato se repetem agora na busca para tentar sair da cadeia. Cunha usa seus advogados para enviar ameaças a integrantes do governo. Usou até seu interrogatório como arma, ao incluir o presidente Michel Temer como testemunha e fazer-lhe perguntas constrangedoras, que eram claros recados sobre histórias escabrosas que poderia tornar públicas. Cunha busca algum tipo de ajuda oficial capaz de aliviar seus crimes ou

mesmo para sair da cadeia. A condenação é uma derrota que torna Cunha mais irascível e, portanto, perigoso para o governo".

"A tendência é que suas ameaças cresçam, seus pedidos aumentem. Terreno fértil para isso não falta. O governo sofrerá muito com a divulgação da megadelação dos 78 executivos da Odebrecht e enfrentará ainda o julgamento da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral. Cunha sempre pode ameaçar com uma delação premiada, que pode envolver diversos personagens, entre os mais ilustres os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco, os mais próximos de Temer. Em geral, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região leva cerca de quatro meses para examinar as decisões de Moro em segunda instância. Nesse período, o governo sabe que Cunha será um incômodo maior do que tem sido... A guerra de Cunha é longa, a agonia do governo por causa dele também".

Para aumentar ainda mais as tensões no "mundo empresarial", no covil golpista de Michel Temer e na mídia chapa-branca, na semana passada o Superior Tribunal de Justiça sinalizou que deve negar o pedido para que Cláudia Cruz, esposa do correntista suíço e ex-apresentadora da TV Globo, não seja julgada pelo juiz Sergio Moro. Segundo matéria do Jornal do Brasil, esta será a segunda derrota da riqueza. "O pedido que foi anteriormente negado fora protocolado no Tribunal Regional Federal da Quarta Região e os advogados de Cláudia apelaram ao STJ". Caso a manobra não surta efeito, Cláudia Cruz finalmente poderá ter sua prisão decretada.

07/04/2017 - Vermelho

## BNDES, CAIXA, BB: a destruição dos bancos públicos

O slogan de JK eram os famosos 50 anos em 5, que construiu Brasília, a SUDENE e a indústria automobilística nacional. JK tinha pressa na construção do Brasil. O slogan oculto do governo Temer são 209 em 2. Temer tem pressa em desmontar e destruir.

O primeiro banco público brasileiro, o Banco do Brasil, foi instituído por Dom João VI, antes do Brasil se tornar nação independente, no dia 12 de outubro de 1808; a Caixa Econômica é de 12 de janeiro de 1861, tempo do Império de Pedro II; o BNDES (criado sob a sigla de BNDE) é de 20 de junho de 1952, herança do segundo governo de Getúlio Vargas.

Nossos bancos públicos são alavancas decisivas de desenvolvimento. Todas as decisões fundamentais de acumulação, investimento, financiamento e políticas sociais de transferência de renda não se fizeram na economia brasileira, em tempos remotos ou recentes, sem o auxílio desses instrumentos públicos. Trata-se de uma experiência bem-sucedida, "case" de política econômica estudada lá fora, uma diferença positiva extraordinária do Brasil em relação a todos os demais países

da América Latina, que se ressentem de um instrumento de desenvolvimento semelhante.

Os planos de Temer e seus burocratas, a cada dia mais escancarado, é de acelerada recolonização do Brasil. Fazer retroagir um grande país capitalista periférico, repleto de potencialidades e em desenvolvimento, com vocação de potência (tanto que compõe os BRICS), à condição de país neocolonial. Quer transformar o Estado apenas num balcão de negócios e favorecimentos ao sistema financeiro, às multinacionais e aos rentistas. Todos os instrumentos de Estado que geram empregos e bem-estar social estão sob ameaça. A Previdência Social está sendo atacada. A Consolidação das Leis do Trabalho (a CLT) também está na mira. E os bancos públicos já estão sendo desmontados.

Leia mais em: <http://migre.me/wppDV>